

Em (Re)Construção.
Elementos para uma sociologia
da atividade na indústria
da Construção em Portugal

Organizado por Virgílio Borges Pereira

Em (Re)Construção:

Elementos para uma Sociologia da Atividade na Construção em Portugal.

Projeto científico: Instituto de Sociologia da Universidade do Porto | Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Investigador responsável: Virgílio Borges Pereira

Investigadores: Bruno José Rodrigues Monteiro, Carla Aurélia Rodrigues de Almeida, Ester Maria dos Reis Gomes da Silva, João Pedro Luís de Queirós e José Fernando Madureira Pinto

Bolseiras de investigação: Laura Cristina Amaro Galhano e Vanessa Margarida Carvalhosa Rodrigues

Investigadores colaboradores: Maria Inês Rocha de Azevedo Vilar Coelho, Sandra Margarida Couto Cerejeira Leitão e Tiago Nuno de Castro Moreira Coelho de Lemos

Consultores: Nicolas Jounin, Jan Cremers, João Fraga de Oliveira, Jorge Oliveira, Loïc Wacquant, Iria Vásquez e Yasmine Siblot

Este Livro foi desenvolvido no âmbito do projeto “Novos Terrenos para a Construção: Mudanças no Campo da Construção em Portugal e seus Impactos nas Condições de Trabalho no Século XXI” cofinanciado pelo Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (POCI), através do Portugal 2020 e do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) e por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

This book is a result of the project “Breaking ground for construction: changes in the Portuguese construction field and their impacts on working conditions in the 21st century”, supported by Competitiveness and Internationalisation Operational Programme (POCI), under the PORTUGAL 2020 Partnership Agreement, through the European Regional Development Fund (ERDF) and through national funds by the FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

A edição em livro da presente obra respeita os princípios estabelecidos na Política sobre Acesso Aberto a Publicações Científicas resultantes de Projetos de I&D Financiados pela FCT (adotada a 5 de maio de 2014).

Design & Layout: Grupo Almedina

Capa: Pormenor da zona das Fontainhas e da sua envolvente, na cidade do Porto (fotografia de Virgílio Borges Pereira, novembro de 2019)

Edição: Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Impressão: Papelmunde

Tiragem: 400 exemplares

Depósito Legal: 466977/20

ISBN: 978-989-8969-51-4

Data de Publicação: junho de 2020



Capítulo 16

A confiança na Construção: Procura e experiência de trabalho numa nova vaga da presença portuguesa na indústria da Construção em Bordéus, França

Virgílio Borges Pereira

Um dos efeitos decorrentes das recomposições verificadas no campo da Construção em Portugal e, em particular, da severa crise atravessada pelo país depois de 2008, passou pelo desenvolvimento, por empresários e diferentes categorias de trabalhadores, de renovadas estratégias de alargamento dos respetivos horizontes e mercados de trabalho¹. Uma parte não irrelevante dessas estratégias passou, já depois de explorados e, sob vários aspetos, esgotados os horizontes de trabalho em Espanha, pelo reforço dos interesses e procuras de trabalho para além dos Pirenéus. Não obstante o carácter política e socialmente contingente da estrutura-

¹ O presente trabalho foi desenvolvido no âmbito do projeto “Novos Terrenos para a Construção: Mudanças no campo da construção em Portugal e seus impactos nas condições de trabalho no século XXI” (PTDC/IVC-SOC/5578/2014-016621), sediado na Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP), financiado por fundos nacionais através da FCT/MEC (PIDDAC) e cofinanciado pelo FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional através do COMPETE – Programa Operacional Fatores de Competitividade. Com a colaboração dos investigadores do projeto “Novos Terrenos para a Construção”, versões preliminares deste estudo foram apresentadas no âmbito da *Journée d'études* "Classes sociales, comparaisons et migrations Portugal / France", realizada em Paris, no Cresppa, site Pouchet du CNRS, a 20 de junho de 2019, e na conferência internacional "Breaking Ground for Construction: changes in the field of construction in Portugal and their impact on working conditions in the 21st Century", realizada na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, a 4 e 5 de julho de 2019. São devidos agradecimentos às Mestres Laura Galhano e Vanessa Rodrigues, investigadoras do projeto “Novos Terrenos para a Construção”, por toda a colaboração prestada na recolha do material empírico em que este estudo se baseia. Tais agradecimentos são igualmente extensíveis ao Doutor Tiago Lemos pela colaboração prestada na revisão e tratamento preliminar desse mesmo material.

ção da atividade económica na indústria da Construção em diferentes contextos nacionais, sabe-se que esta é sensível e depende de dinâmicas fortemente enraizadas socialmente. Era, nesse sentido, particularmente pertinente, do ponto de vista sociológico, conhecer as modalidades de relação que os agentes sociais envolvidos neste processo de alargamento do mercado de trabalho estabeleceram nas estratégias que desenvolveram para além dos Pirenéus.

À luz das preocupações enunciadas, o presente capítulo recupera coordenadas de análise provenientes de investigação sociológica recente sobre os processos de estruturação da atividade económica e do trabalho na indústria da Construção em diferentes contextos nacionais. Mobilizando tais coordenadas, o estudo estabelece uma leitura do modo como empresários, encarregados e diferentes categorias de operários portugueses enfrentaram o encontro com a atividade económica na Construção em França, com recurso a uma análise de resultados de trabalho de campo aqui realizado e, mais especificamente, ao estudo de um conjunto de entrevistas em profundidade efetuado, no quadro das atividades do projeto “Novos Terrenos para a Construção”, junto de diferentes categorias de agentes na região de Bordéus, que envolveram não apenas os agentes citados, mas também representantes de autoridades oficiais com capacidade de ação sobre o fenómeno. Com base nestes movimentos de análise, o trabalho apresentado formula uma breve interpretação sociológica sobre as principais propriedades estruturais das estratégias de reprodução social das diferentes categorias de ativos entrevistados e das trajetórias migratórias por estes desenvolvidas nos estaleiros da região estudada em França.

Sobre os enraizamentos sociais da atividade económica na indústria da Construção: Elementos teóricos e uma estratégia metodológica

Ainda que nem sempre facilmente escrutinada do ponto de vista científico, sabe-se que a atividade económica na indústria da Construção é particularmente sensível, do ponto de vista dos processos de organização do trabalho, a dinâmicas, processos e configurações sociais embebidos em relações de dominação com carácter composto (ver, entre múltiplos trabalhos, Baganha, Marques & Góis, 2002; Coleman, 1965; Cremers & Janssen, 2006; Pinto, 2018; Pinto & Queiroz, 1996a, 1996b; Queiroz, 2003; Silver, 1986). Reconhecida, há já algum tempo, pela própria literatura vocacionada para o estudo dos desenhos de produção e de gestão estratégica no setor (entre muitos trabalhos, ver Bennett, 2011; Eccles, 1981a, 1981b; Foster, 1969; Stinchcombe, 1959), uma tal propriedade tem também vindo a ser objeto de investigação sociológica detalhada, com recurso a trabalho de pendor etnográfico ou mobilizando entrevistas sistemáticas a informantes privilegiados. Como salienta José Madureira Pinto:

O estaleiro da Construção é um ponto de condensação (aliás, efêmero) das lógicas económico-sociais de um sector produtivo que (...) envolve um conjunto muito diferenciado e eminentemente mutável de agentes, bem como redes pessoais e interempresariais com grande complexidade, elevado grau de informalidade e contornos imprecisos. (Pinto, 2019, p. 393)

À luz destas características, têm sido as abordagens etnográficas e compreensivas de tais realidades as modalidades de investigação que, comprovadamente, têm garantido progressos e significativas inovações no conhecimento desta questão (Reimer, 1979; Waldinger, 1995). Um exercício de inventário teoricamente orientado, mesmo sem preocupações de exaustividade, permite identificar um conjunto relevante de marcos analíticos a este propósito. Destacando, no exercício em causa, trabalhos que decorrem de investigação mais orientadamente etnográfica sobre diferentes contextos nacionais na Europa, é possível identificar algumas coordenadas de leitura que ajudam a delimitar a importância dos enraizamentos sociais mencionados nos mecanismos de reprodução do sector da Construção e o significado de que se revestem as estratégias de reprodução desenvolvidas pelos agentes sociais (Bourdieu, 1994) cujas ações se inscrevem em tais processos. Na senda dos trabalhos anteriormente citados, duas aprofundadas investigações sociológicas de terreno, levadas a cabo, respetivamente, em Inglaterra e em França, tiveram a possibilidade, recentemente, de reiterar e de delimitar a importância específica de modalidades determinadas de enraizamento social da atividade na indústria da Construção.

Darren Thiel, na etnografia que levou a cabo, em 2003 e 2004, no interior de uma empresa de Construção londrina, em Inglaterra (Thiel, 2014), relewa, entre vários elementos, o significado de redes sociais de trabalho e de práticas informais de reciprocidade, alimentadas por presentes e dádivas, na constituição e aproveitamento de oportunidades económicas com estatuto decisivo na atividade do setor, tanto para empresas como para trabalhadores (Thiel, 2012, pp.130-131, p.151). De acordo com a análise do autor, num setor altamente desregulado do ponto de vista económico e político, destaca-se o recurso generalizado à prática de subcontratação (Thiel, 2010, p. 444): “Para reduzir riscos, os empreiteiros entregam partes específicas da obra a subempreiteiros que, a curto prazo, fornecem conhecimentos comerciais, maquinaria e grandes efetivos de mão de obra flexível” (Thiel, 2010, p.446). A subcontratação configura-se num quadro de forte inscrição social e amplamente dependente de práticas e de redes informais de promoção e de reforço de confiança, tanto por razões intrinsecamente ligadas ao reconhecimento eficaz das dinâmicas do interconhecimento no trabalho como por razões decorrentes do controlo do acesso ao mercado de trabalho por parte de recém-chegados, frequentemente trabalhadores imigrantes, capazes de concorrer no mercado de

trabalho local através do embaratecimento de preços e de remunerações (Thiel, 2012, p.132, p.140). Para além de assentar em quadros sociais dotados de grande perenidade, a subcontratação reproduzida ao longo do tempo converte-se e articula-se com formas de capital cultural e de capital social, inscrevendo-se em formas de desigualdade social e étnica com significado, que campeiam entre uma mão de obra muito pouco sindicalizada; em circunstâncias bem definidas, a subcontratação assim configurada no tempo é suscetível de ser socialmente capitalizada, tornando, por sua vez, menos exigente o capital de força física mobilizado por quem a protagoniza (Thiel, 2012, pp.144-145). Neste sentido, considera o autor, “O funcionamento do mercado capitalista não poderia, portanto, ser separado de padrões sociais mais amplos e diferenciais de poder, nem de trocas informais e atividades culturais” (Thiel, 2012, p.153).

Com base em trabalho etnográfico desenvolvido em diferentes contextos de produção na indústria de Construção parisiense, em França, durante um período que se estendeu entre 2001 e 2004, e que compreendeu também um ano de observação participante em estaleiros de Construção e em espaços de formação profissional, Nicolas Jounin desenvolve uma densa reflexão e análise sobre aspetos decisivos das relações entre divisões sociais, económicas e simbólicas características da atividade neste setor da indústria (Jounin, 2009). Convocando para a análise elementos de pesquisa diferenciados, a investigação propõe-se descrever e compreender sociologicamente o quotidiano do estaleiro de Construção (Jounin, 2009, p. 13). Em sucessivas incursões etnográficas e entre múltiplos contributos, a análise começa por restituir um quadro de profunda recomposição dos estatutos e qualificações sociais dos ativos mobilizados pelo trabalho no setor, traduzido num extenso e complexo processo de concorrência e de fragmentação do salariedade que combina, de modo não linear – dir-se-ia -, pertenças étnicas e divisão do trabalho:

(...) É que a fragmentação dos estatutos e das qualificações é tal que segmenta quase infinitamente os coletivos de trabalho, tornando ilusória a ideia de uma estrita igualdade de condições entre trabalhadores ou mesmo categorias específicas de trabalhadores. A repartição étnica e hierárquica das tarefas segue uma escala em *dégradé*, não uma escala rígida composta por categorias homogêneas e estanques (...). (Jounin, 2009, p.44, tradução própria).

Em complemento, mas igualmente central em todo este processo, no interior das grandes empresas assiste-se a um processo de externalização da mão de obra, alimentada e reforçada pelas dinâmicas comerciais associadas ao negócio (Jounin, 2009, p. 64); transformada em regra ao longo das últimas décadas, uma tal externalização reveste-se de um carácter multidimensional, dando origem a práticas

de gestão de mão de obra discriminatórias (Jounin, 2009, p. 114). Trabalhadores precários, temporários e recrutados por agências são mobilizados para tarefas específicas no interior da compósita divisão do trabalho no estaleiro, cuja lógica de definição comandada comercialmente impele a que se concretizem resultados rapidamente. Em condições determinadas, os efeitos da subcontratação e da externalização tornam-se visíveis:

(...) As PME que instalam as armações funcionam como retransmissores das políticas de minimização dos custos prosseguidas pelas empresas gerais, repercutindo os baixos preços que têm de pagar nos seus assalariados, na sua maioria trabalhadores temporários e mal pagos, e na organização do trabalho, marcada pela escassez e pela pressão. (Jounin, 2009, p.119)

Também neste quadro se compreende a especial relevância assumida pelo elemento confiança no recrutamento da mão de obra; numa das suas mais incisivas análises, o autor destaca a importância de este recrutamento, funcionando por cooptação, se alicerçar na responsabilização de quem recomenda. Aprofundando o teor da pesquisa, a análise revela que a confiança e a cooptação são particularmente marcantes para a constituição da hierarquia de autoridade no interior do estaleiro: “Do ponto de vista moral, contratam-se duas pessoas pelo preço de uma: o operário que apresenta alguém próximo é suposto ser responsável por ele” (Jounin, 2009, p.122, p.124, p.212). Num quadro de relações sociais fortemente exposto à necessidade de equilíbrios negociados – e, forçosamente, ambivalentes – entre a hierarquia e os trabalhadores com diferentes estatutos, a atividade de enquadramento e de mediação realizada por encarregados de obra é decisiva. Configurando-se em torno de modelos de promoção interna de operários de confiança, a ação de encarregados na liderança de equipas de trabalho oscila entre a proximidade e a brutalidade: “É a proximidade do passado – já que o chefe é um ex-operário – que justifica a brutalidade atual” (Jounin, 2009, p.162). Fruto de um processo construído ao longo das últimas décadas a partir das dinâmicas de valorização social gizadas no interior do estaleiro pelos responsáveis das empresas, um conjunto maioritário dos postos de enquadramento – chefe de equipa e encarregado de obra – é desempenhado por portugueses (Jounin, 2009, pp. 212-213).

A articulação entre as ordens social, institucional e interacional (Dubois, 2014; Goffman, 1983) que é própria do estaleiro da indústria da Construção, ainda que num contexto físico tenso e, sob várias dimensões e até ao fim de cada obra, permanentemente em reformulação, é, assim, bem delimitada nos trabalhos identificados. As ilações analíticas decorrentes destes últimos podem e devem ser mobilizadas para a dinamização de investigação empírica nova e, em particular, ganham

interesse acrescido para o conhecimento das modalidades de reação à crise do setor da Construção desenvolvidas por empresas e ativos portugueses no período posterior à crise de 2007/2008. Não ignorando o significado das recomposições em curso entre as grandes empresas da indústria da Construção, a propósito das quais se desenvolveu trabalho específico², era particularmente importante para o trabalho de pesquisa realizado no âmbito do projeto “Novos Terrenos para a Construção” compreender o modo como assalariados e empresários provenientes de empresas mais ou menos atomizadas, que constituem um segmento muito expressivo do setor, viveram as recomposições e crises atravessadas por este. Para além do estudo do modo como estes processos se passaram no país, com recurso a uma gama relativamente alargada de metodologias e de técnicas (Fournier et al., 2008), e que têm vindo a ser documentados ao longo de vários capítulos que integram esta obra, a investigação desenvolvida contemplou um também denso trabalho etnográfico multi-situado (Burawoy, 2009; Levitt & Glick-Schiller, 2004; Marcus, 1995) junto de empresários e trabalhadores da indústria da Construção fora do país. Especificamente, e por razões decorrentes do respetivo significado económico e social, um desses trabalhos foi desenvolvido em França, na região de Bordéus – um destino importante nas estratégias de alargamento do mercado de trabalho na indústria da Construção entretanto constituídas no setor, tal como se revelava no decurso do trabalho de campo realizado no projeto.

² Sobre este assunto, ver os capítulos 6 e 7 deste trabalho.

Caixa 16.1. A propósito da pesquisa levada a cabo em Bordéus

No quadro de uma estratégia de observação que envolveu também a realização de entrevistas em profundidade a inspetores do trabalho franceses, a representantes políticos locais e a representantes da diplomacia portuguesa na região, foi sobretudo possível entrevistar empresários, encarregados e trabalhadores portugueses da indústria da Construção; no total, realizaram-se 17 entrevistas a responsáveis institucionais e agentes diretamente envolvidos na atividade na Construção, entre visitas a estaleiros, reuniões e conversas em cafés e restaurantes em localidades de forte presença portuguesa na região – uma recolha levada a cabo por Laura Galhano e Vanessa Rodrigues durante um período de trabalho de campo. No desenvolvimento da análise apresentada, com a exceção dos representantes de entidades oficiais, os nomes de cada informante são fictícios, tendo sido anonimizadas referências a contextos e situações. Atendendo à relevância da configuração da empresa e da situação na profissão de trabalhadores, mobiliza-se, sempre que pertinente e para efeitos de aperfeiçoamento da análise, informação adicional de caracterização das respetivas condições nestes domínios. Sendo assim, as empresas são classificadas como grandes (GE), médias (ME), pequenas (PE) e micro (MIE); os indivíduos são identificados pelas respetivas profissões, pela situação na profissão e pela natureza do respetivo vínculo laboral quando se tratem de assalariados, a saber: patrões, independentes, assalariados estáveis ou precários. É importante reportar que o trabalho de campo conduzido em Bordéus se encastrava num outro, desenvolvido na região do Vale do Sousa, em Portugal, que permitia explorar as contiguidades das experiências dos ativos entre estes contextos, tendo sido precisamente a partir da dinâmica de trabalho estabelecida nesta região do país e do acompanhamento da atividade dos responsáveis da Autoridade para as Condições de Trabalho de Penafiel que foi possível interrogar as experiências de trabalho em Espanha (Queirós & Monteiro, 2019) e, no seu prolongamento, no outro lado dos Pirenéus. Para a análise que se segue, visou-se, explicitamente, o conhecimento das práticas desenvolvidas por diferentes categorias de agentes para enfrentar a crise vivida no passado recente no país e no setor e que dão conta da relação entre estratégias de reprodução social dos agentes e modalidades habitualmente pouco visíveis, ou mesmo quase invisíveis, de internacionalização da atividade económica com largo impacto nas vivências de quem as protagoniza.

Uma renovada e reconhecida vaga da presença portuguesa nos estaleiros da Construção em Bordéus

Em termos gerais, o setor da Construção viveu, no final do século XX, em Portugal, um processo de expansão que viria a conhecer, em termos de atividade e de emprego, perdas significativas, em particular depois da crise de 2007/2008, cujos efeitos mais visíveis se prolongariam, pelo menos, até 2014³. Como tivemos já

³ A perda de emprego no setor foi continuada até 2014. Em 2015, o emprego retomou uma dinâmica de crescimento positivo. Para desenvolvimentos suplementares, ver novamente o capítulo 6 deste trabalho.

ocasião de salientar, num setor dotado de grande capacidade de mão de obra instalada, uma vez paralisado o mercado espanhol e a dinâmica do investimento no setor em Portugal, empresas e trabalhadores procuraram explorar outras estratégias e, entre estas, um segmento importante passou pela prospeção de novos mercados de trabalho na Construção para além dos Pirenéus. Como sabido, a França, ao longo do último século, tem constituído um destino muito relevante da emigração portuguesa (Arroteia, 1983, pp.55-62; Pereira, 2012). O lugar destacado da Construção nos processos migratórios dos portugueses neste país é também historicamente reconhecido (Sousa, 1972, 1973). Não descontando a importância do desenvolvimento, em Portugal, de projetos migratórios cada vez mais heterogêneos (Vidal, 2019, p.174)⁴, nos anos posteriores à crise de 2007/2008, a emigração portuguesa para França, mesmo se sem a intensidade que caracteriza a procura de outros destinos (nomeadamente, o Reino Unido e a Suíça) e com um quadro de recrutamento em matéria de qualificações mais diversificado e reforçado do que no passado, voltou a assumir relevo acrescido (Marques, Góis, Candeias & Ferreira, 2019). Ainda que apenas mensurável de modo indireto, sabe-se que, não obstante uma tendência para a diversificação dos perfis socioprofissionais da população portuguesa que emigra para França, a presença de trabalhadores e de ativos ligados à indústria da Construção – historicamente densa numa região como a de Bordéus – reconquistou importância depois da crise económica de 2007/2008, tendo-se inscrito num quadro de estruturação mais composto em matéria de deslocamentos internacionais. As autoridades responsáveis pela inspeção do trabalho em França, os responsáveis com funções de representação do Estado português junto das comunidades portuguesas na região de Bordéus e as próprias autoridades políticas locais francesas nos contextos mais marcados por estes processos são unânimes na identificação da importância destes movimentos.

Na perspetiva dos atores institucionais da região de Bordéus entrevistados no âmbito do presente trabalho, é relativamente clara a sequência de processos que esteve subjacente ao desencadear da mais recente presença portuguesa na região. As modalidades estabelecidas de desenvolvimento da atividade económica na indústria da Construção regional e os processos de recrutamento da respetiva mão de obra sofreram revezes significativos depois da crise de 2007/2008. O incremento da atividade construtiva desencadeado seguidamente realizou-se num quadro recom-

⁴ É particularmente produtivo que se retirem consequências analíticas da seguinte afirmação: “(...) Uma das particularidades da emigração portuguesa contemporânea decorre da multiplicidade de destinos migratórios, que vão sendo acionados de acordo com o conjunto de oportunidades que emergem e se desenvolvem nos diferentes países de destino e cuja manutenção no tempo se encontra condicionada pela evolução deste mesmo conjunto de oportunidades e/ou pelo surgimento de estruturas migratórias alternativas” (Marques & Góis, 2014, p. 62).

posto, amplamente marcado pelo recurso à subcontratação⁵, na sequência de despedimentos maciços realizados pelas empresas da Construção francesas e em ação na região; num tal processo, a presença “tradicional” de trabalhadores imigrantes portugueses na indústria regional viu-se, assim, complementada, de modo progressivamente mais complexo e mais visível, pela presença de empresas portuguesas (subcontratadas, empresas de trabalho temporário, empresas diretamente contratadas) e de trabalhadores portugueses nos estaleiros locais. Sem deixar de ter presente a grande importância de que se reveste o destacamento de trabalhadores em França⁶, amplamente marcado pela atividade nesta indústria (Marques & Góis, 2014; Marques, Góis, Candeias & Ferreira, 2019), não raramente, segmentos não irrelevantes destes trabalhadores portugueses de extração recente na região passaram a ser assalariados de empresas francesas, criadas ou não por empresários portugueses. Com prioridades de ação bem estabelecidas em torno da regulação fiscal das empresas e do cumprimento das regras de proteção social de assalariados, os responsáveis pela Inspeção do Trabalho francesa reconhecem este cenário social:

“(...) Bordéus, é uma cidade que tem tido muitas obras desde... (...) a partir de 2010, o número das prestações de serviços internacionais começou a ser (...) um pouco mais importante em Bordéus, e é verdade que, em comparação, com a nova região da Aquitânia, temos 50% de trabalhadores destacados que vêm em missão a Bordéus, principalmente no setor da Construção, com... muitos trabalhadores portugueses que vêm... principalmente de Braga... Então, tivemos empresas locais que o fizeram, que tiveram, através de um fenómeno de subcontratação, que recorreram a estas empresas portuguesas, que foi o primeiro passo. Depois tivemos outro fenómeno: tivemos empresas de trabalho temporário, portuguesas, que trouxeram empregados, é isso, então temos... empresas portuguesas que destacam empregados em PSI [prestação de serviço internacional] e empresas de trabalho temporário, portuguesas, que enviam empregados para diretores franceses. Agora há empresas portuguesas que trabalham em lotes diferentes diretamente, que já não são subcontratantes, mas que conseguem tomar mercados diferentes, de facto, em Bordéus (...).”

(A. A., Diretor da Inspeção do Trabalho francesa)

⁵ Para desenvolvimentos suplementares sobre os efeitos da subcontratação na indústria da Construção no Reino Unido, consultar os estudos de Harvey (2001, 2003). Ver também Hillebrandt (1992).

⁶ Para uma análise exclusivamente dedicada ao destacamento de trabalhadores Portugueses na indústria da Construção francesa, ver o anexo dois deste capítulo.

“Porque, em Bordéus, há uma comunidade portuguesa forte, e mesmo nas empresas sediadas em Bordéus, há muitos empregados portugueses declarados em empresas em França, até... há uma ligação... E depois há a proximidade: também não estamos muito longe, geograficamente... há muitos voos diretos, agora, Porto [risos], que também favorece...”

(D.B., Inspetor do Trabalho francês)

Os responsáveis do Consulado Geral de Portugal em Bordéus traçam um quadro de leitura em tudo semelhante a este. Bordéus e os municípios envolventes – na atualidade, mais estes últimos – são um contexto de forte implantação portuguesa, associada a um recrutamento com raízes regionais em Portugal bem conhecidas dos representantes do Estado português em França. De igual modo, a presença portuguesa nos estaleiros da Construção regionais, assim como a recomposição das respetivas gerações e dos constrangimentos a que esta pode estar sujeita são também acompanhadas de perto por estes representantes:

“(...) Nós temos a nossa comunidade muito espalhada nestas cidades à volta de Bordéus – Cenon, Villenave, Lormont, Saint-Eulalie, Bègles –, aí está a maior parte da nossa comunidade portuguesa, que nos anos 60 estava no centro histórico de Bordéus, na *Place Saint-Michel* com os espanhóis e, a pouco e pouco, foi-se alargando e afastando, foi substituída pelas comunidades magrebinas e essas próprias comunidades magrebinas também se foram alastrando e, hoje em dia, esse bairro tradicional da emigração portuguesa está ocupado, sobretudo, pela comunidade de Leste. E os portugueses foram alargando à volta de Bordéus e a presença deles, hoje em dia, é notória: toda a gente sabe que há uma grande presença da comunidade portuguesa aqui. Que é, aliás, muito bem vista e muito apreciada pelas autoridades locais, seja aqui em Bordéus, seja nas outras cidades. Porque é considerada uma comunidade muito bem integrada, muito ordeira, muito pacífica, que participa e que soube adaptar-se à vida social francesa. Portanto, não há... nunca ouvi críticas em relação à comunidade portuguesa. As autoridades francesas têm muito apreço pelos nossos compatriotas, porque não suscitam problemas, não criam qualquer tipo de confrontos – há sempre casos isolados, não é, mas, quer dizer, no geral, são comunidades muito bem aceites. (...) A maior parte da comunidade portuguesa nesta região é do Norte. Arcos de Valdevez, Paredes de Coura, Ponte da Barca, Ponte de Lima, Viana do Castelo, a maior parte deles são dessa região. (...) Eu acho que é aquela coisa de vem um e telefona para o primo, que traz a tia, que traz o amigo, foi um bocadinho... é um bocadinho efeito bola de neve. Quando começa a haver emigração, há um... foi o que aconteceu nos anos 60-70, quando veio a primeira vaga de emigração começaram a dizer para casa: «Olha viemos, já arranjamos emprego, estamos a ganhar xis (...)» É comum, em certas jurisdições, as comunidades portuguesas serem de uma mesma região de Portugal. Neste caso, é de Arcos de Valdevez, se for para os Estados Unidos, há comunidades que são todas elas Açores.”

(Responsável A, Consulado Geral de Portugal em Bordéus).

“Portanto, desde o ano 2000 e, sobretudo, (...) depois de 2008, essa presença [portuguesa] ainda veio a intensificar-se por causa da crise que se verificou em Portugal e a procura de mercados externos para planear, portanto, essa crise e essa falta de atividade em Portugal. (...) Eu diria que [entre] os empresários que cá estão tem aqueles que são da primeira, segunda geração, e aqueles que chegaram mais recentemente e que vieram, precisamente, derivado à crise que se verificou em Portugal e aproveitando, nomeadamente, aquela possibilidade de destacamento profissional de mão de obra, portanto, foi a esse nível sobretudo que se verificou a maior empresa nestes últimos anos. (...) A primeira [geração] chegou, praticamente, portanto, ainda dentro daquele período dos Trinta Gloriosos, não é, em que havia uma grande procura de mão de obra; estes últimos tiveram que fazer face a uma concorrência muito maior do que a primeira geração. (...) Concorrência, quer a nível local, não é? Portanto, de outras empresas já existentes, mesmo da própria comunidade quer, por exemplo, a nível de empresas que vinham do Leste europeu, da Roménia, da Polónia e mesmo empresas que vinham da Turquia. (...) porque houve no início, enfim, há uns quatro ou cinco anos atrás, uma grande obra que teve a ver com a LGV, que é a linha de grande velocidade do TGV, que permitiu fazer com que Paris e Bordéus ficassem a duas horas de distância. Houve muitas empresas portuguesas que vieram para essa obra. E algumas delas aproveitaram essa experiência para, precisamente, criar uma estrutura local. (...) Muitos desses trabalhadores acabaram por trazer a sua família; só que é assim, a situação não é a mesma. (...) a concorrência e, enfim, e até... o próprio mercado de trabalho não é o mesmo do que o dos anos 60-70. Portanto, há uma certa dificuldade porque, em termos económicos, [com] um só trabalhador, enfim, o agregado familiar, dificilmente consegue, entre aspas, viver aqui em França. (...) Estão logo condicionados por uma regra que se impõe aqui em França que é: para qualquer alojamento tem que ter, pelo menos, três vezes de rendimento líquido relativamente ao valor da própria renda.”

(Responsável B, Consulado Geral de Portugal em Bordéus)

Tudo aponta, por isso, para que a renovada presença portuguesa nos estaleiros da indústria da Construção na região seja informada por propriedades específicas, largamente configuradas em torno de uma movimentação laboral dotada de um ritmo próprio, que se define, para um segmento dos trabalhadores, em torno de um ciclo de trabalho de três semanas e de um regresso a Portugal com uma pausa de quatro dias. Estruturado, pelo menos para a maioria dos trabalhadores envolvidos nestes processos, em movimentos de carrinhas das empresas entre os dois países, este ritmo possui grande importância, em matéria inspetiva para as autoridades do trabalho francesas, pelas exigências que coloca no domínio do cumprimento do horário e das leis de trabalho. Um dos responsáveis da Inspeção do Trabalho francesa anteriormente citado descreve, com pormenor, a lógica da configuração do ritmo da atividade das empresas e dos assalariados portugueses nesta indústria na região:

“As empresas portuguesas que trabalham em Bordéus têm turnos de três semanas para a construção. Ou seja, durante três semanas você tem um empregado... português, que vai estar num coletivo de trabalho, que vai trabalhar por horas, e, depois de três semanas, ele vai ter na sexta-feira, sábado, domingo, segunda-feira, quatro dias, onde eles se organizam, geralmente com veículos da empresa para fazer a estrada – alguns, aviões, mas não é ... não é a maioria.... – eles voltam quatro dias, então eles fazem um fim de semana longo, e voltam por três semanas. Por outro lado, durante estes quatro dias, a obra continua e os outros funcionários, eles, eles, eles... *voilà*, temos ciclos de trabalho de três semanas, *voilà*, é ... isso é realmente, no setor da Construção, é realmente, é assim que eles trabalham.”

(A. A., Diretor da Inspeção do Trabalho francesa)

Representação cuja gênese não deve ser dissociada das recomposições do campo da construção civil francês e que – como demonstra Nicolas Jounin na análise que consagra a este assunto tanto no estudo anteriormente citado (Jounin, 2009, pp. 210-214), como no depoimento que se apresenta em anexo a este texto – tem uma história, não linear, que articula dinâmicas de precarização com categorias de entendimento étnico do trabalho, estes trabalhadores “portugueses” são, assim, tidos pelos representantes institucionais ouvidos como “sérios e que cumprem bem e rapidamente”. A partir da prática da subcontratação, as empresas e uma mão de obra portuguesas, com origem regular em contextos específicos do Norte de Portugal, desenvolvem uma modalidade de deslocação de tipo “vaivém” com raio e tempo muito alargados, afirmando-se nos estaleiros da região. Para o mesmo responsável da Inspeção do Trabalho francesa anteriormente citado, sendo acompanhado nesta interpretação por muitos dos entrevistados com atividade nas instituições locais e regionais interrogados, em Bordéus, a atividade na indústria da Construção é significativa e deverá prolongar-se por muito tempo; o lugar da (sub)contratação de empresas portuguesas e de empresas francesas controladas por portugueses e dos respetivos trabalhadores nacionais neste processo é, assim, compreensível (mesmo se, na atualidade, este lugar não é imune a um exame crítico por parte de concorrentes em função de possíveis práticas de *dumping* social, a que as autoridades estão atentas e que justificam uma vigilância muito intensa da parte destas):

“Então, estaleiros por todo o lado, carteiras de encomendas, nós temos estaleiros que vão durar vinte anos, em Bordéus, nós temos... ao longo do cais, temos o distrito do Atlântico Norte que desponta do terreno, nós comparamo-lo ao bairro *La Défense* em Paris, um centro de negócios, são vinte anos de construção, é isso mesmo. Por outras palavras, as empresas que lá estão sabem que, durante vinte anos, há coisas a construir, há edifícios a construir, pelo que acabámos por ficar com empresas locais que foram criadas, mas que já não tinham mão de obra suficiente para satisfazer essas

encomendas e esses mercados, ou seja, essas mesmas empresas que identificámos, todos os diretores de que estamos a falar continuam a ser os mesmos. Eh, vejam, eles pediram a estas empresas que já não têm empregados – nós temos empresas que só tinham... como dizer... como dizer... como dizer... uh... um engenheiro, um técnico, que já não tinha mão de obra – estas empresas francesas eh, *voilà*, pediram maciçamente às empresas portuguesas para terem subcontratação. Então, inicialmente, as empresas portuguesas forneciam mão de obra, mas... percebemos que as empresas tinham um verdadeiro *know-how*, e não era só mão de obra, depois eram realmente todas as entidades, todos os ofícios que diziam respeito à indústria da Construção, eh *voilà!*”

(A. A., Diretor da Inspeção do Trabalho francesa)

As autoridades políticas locais francesas nos contextos de maior implantação portuguesa conhecem também pormenorizadamente as incidências desta renovada presença de portugueses nos estaleiros da Construção da região. Com atividade política próxima junto da comunidade portuguesa local, que não é irrelevante no seu reconhecimento político, Fernanda Alves está atenta às dinâmicas de relacionamento social que envolvem os portugueses. Em linha com os diagnósticos que se ouvem da parte dos responsáveis do Consulado – “eles [os portugueses] estão muito unidos nas festas das associações e as associações são muito ativas”, considera o primeiro dos responsáveis do Consulado entrevistado –, Fernanda Alves conhece o significado da atividade na Construção dos portugueses, sublinhando, em particular, a importância do associativismo português em França e de um certo enquadramento social que este realiza de pelo menos parte destes movimentos de entrada na região através dos estaleiros. A reflexão em torno do papel das associações não negligencia a relevância que estas detêm no próprio acesso ao trabalho:

“E hoje em dia essas pessoas que não tem cá as famílias, muitos que não tem cá famílias, a primeira coisa que eles fazem é ir ter com as associações. Mesmo à procura de emprego, eu encontrei muita gente, às vezes, na festa das castanhas, nas festas das vindimas, na... num arraial, num festival de folclore, onde essas pessoas, o que é que elas procuram? E qualquer um de nós, não é, você chega a um país onde dizem: «Olha, há uma associação portuguesa.»; você não conhece ninguém, desloca-se à associação portuguesa e tenta... fala-se português, logo a língua já é, é pra matar as saudades mesmo assim. (...) E, pouco a pouco, vão criando também este ambiente, esta sociedade com todos, e convivem; muitos inscrevem-se já na associação, ficam sócios. (...) Depois, ... uma senhora: «Ah, ando à procura de emprego.» ou (...) «Olha, eu precisava de um obreiro pra trabalhar nas obras, na construção civil.» «Ah, eu tenho um amigo que precisa.» É assim que funciona. E isso é bom e devemos muito às associações e louvar o trabalho que eles fazem porque qualquer associação é voluntariado; e estão ali as portas abertas pra ajudar a comunidade, inclusive muitos chegam à associação, várias vezes chegavam pessoas ou... familiares já, ou pessoas à procura de emprego

ou de alojamento, falavam e o presidente ou qualquer um dizia: «Olha, eu...», davam o meu contacto e eu recebia aqui as pessoas. (...) Ou ligava-me o presidente e dizia: «Olha, Fernanda, podes eh... tenho assim uma pessoa que precisa de ajuda, podes ver se consegues ajudar? (...)»

(Fernanda Alves, vereadora de cidade de Cenon, nos arredores de Bordéus, de origem portuguesa, emigrada em França desde 1989 e responsável por Gabinete de Apoio ao Emigrante do Estado Português)

Em suma, tudo indica, portanto, que, na indústria da Construção da região de Bordéus, a crise de 2007/2008 tenha também sido ultrapassada com recurso a uma recomposição significativa do quadro de estruturação da atividade económica no setor, que, entre um importante conjunto de obras públicas de grande impacto, passou pela intensificação, por parte das empresas em atividade na região, do recurso à subcontratação. Entre outros processos, as empresas em apreço encontraram nas empresas portuguesas, nas empresas francesas entretanto fundadas por portugueses e na mão de obra nacional por estas mobilizada, ainda que de modo não exclusivo, uma solução expedita para as necessidades que encontravam. No mundo dos estaleiros da Construção regional, na perspetiva dos atores institucionais entrevistados – inspeção do trabalho francesa, representantes do Estado português e autoridades políticas locais –, uma nova vaga de migração protagonizada por empresários e trabalhadores portugueses, que se envolvem, por necessidade económica, prolongadamente no trabalho sem instalarem as suas famílias e estabelecem movimentos de “vaivém” com ritmo e raio alargado com o Norte de Portugal, afirmou-se de modo perene.

Caixa 16.2. «Uma família exemplar que chegou de Portugal»

A viver em França desde os 16 anos, para onde veio em 1989 depois da vinda do pai, Fernanda Alves nasceu em Paredes de Coura e é vereadora, com pelouro, no Município de Cenon, na envolvente da cidade de Bordéus, sendo também responsável por um Gabinete de Apoio ao Emigrante do Estado português. A história da “família exemplar que chegou de Portugal” que tem para contar é bem reveladora não apenas dos enraizamentos sociais da presença migratória nacional em França – a atividade na Construção para o marido, as limpezas para a esposa –, mas também das prioridades da mediação política por si realizada: resolver situações legais exigentes e encontrar escola para o filho do casal. Em todo o caso, pelo que representa enquanto convergência da mobilidade laboral com a mobilidade familiar, tão pouco presente nos percursos dos ativos na Construção descobertos no âmbito desta investigação, este depoimento da vereadora é também ele um bom revelador, e por contraste, exemplar:

“ (...) Eu tenho uma família exemplar que chegou de Portugal, veio o pai primeiro trabalhar numa empresa (...). Veio para aqui para trabalhar quando [fizeram] o TGV Paris – Bordéus (...). E eh... tinha uma boa situação, pouco... queria trazer pra cá a esposa e o filho, e tentou; meses depois arranhou um apartamento aqui (...). (...) quando arranhou o apartamento mandou vir a esposa e o filho pra cá. É claro que ele tinha uma banca, era uma banca portuguesa que ele ia lá, e um dia a falar com um banqueiro, acho que falou que trazia a esposa, que precisava de... – que não sabia como é que ia fazer, que a esposa ia chegar e o filho ia prá escola, – e ele disse onde morava e, claro, que o banqueiro é um amigo meu, ou conhecia-me, disse: «Olha, vá ter com a vereadora portuguesa, talvez ela te possa ajudar.» E foi... foi uma história muito bonita porque eu recebi aquelas pessoas aqui e eh... o rapaz e a senhora, e fez[-se] o estudo, livro de família, porque hoje é preciso ter um livro de família onde se inscreve tudo – temos a sorte que o Consulado de Portugal é o único consulado onde fazem ainda os livros de família, onde se inscreve o casamento, e... – e eu aqui (...) eu inscrevi-lhe o filho no colégio, eh... arranhei-lhe um médico de família, porque é preciso um médico de família, consegui fazer o livro no Consulado, consegui (...) contacto pra arranjar emprego, e ... três meses depois, eu, eh, estava fora numa reunião e a minha secretária ligou-me e disse: «Oh, senhora vereadora, tem aqui uma senhora [que] queria muito urgentemente falar consigo, e um rapazinho.» E eu disse: «Olhe, eu estou a chegar a Câmara, vou já.» Não sabia, não disseram o nome. E é engraçado que esse miudinho chegou aqui e [es]tava com uma orquídea na mão. (...) É, e eu fiquei ali...e eh...a mãe quase a chorar, e diz ela, e sentou-se aí e o menino queria oferecer-me uma orquídea, e eu disse: «Por que queres me oferecer esta orquídea?» «Porque eu já estou na escola, tenho boas notas, os professores gostam muito de mim.» – porque eu meti num colégio onde falava português, tinha aulas de português, que ele queria – eh, hoje é um rapaz que tem diploma, já está no liceu, a senhora já é responsável numa empresa de limpeza, compraram, já compraram casa em Cenon, tinham apartamento alugado e agora já compraram casa, e... isso; eu, pra mim, é uma família exemplar, eh... e orgulhei-me muito disso (...). Há aquelas [histórias] tristes onde as famílias tiveram que voltar para o país porque... não se conseguia, mas também há boas histórias.”

(Fernanda Alves, vereadora de cidade de Cenon, nos arredores de Bordéus, de origem portuguesa, emigra em França desde 1989 e responsável por Gabinete de Apoio ao Emigrante do Estado Português).

Procurar e tecer relações de confiança nos estaleiros da indústria da Construção em Bordéus

A observação dos momentos críticos que estão subjacentes à construção da entrada nos estaleiros de Bordéus nas trajetórias dos agentes envolvidos nestes processos, reconstituídas no quadro do presente estudo, permite identificar as respetivas relações com os ciclos económicos no setor e a relevância das inscrições sociais em que estes se definem, dando conta do significado de que se reveste a criação de uma rede de encontros sociais baseada na confiança nos estaleiros locais. Tributária da capacidade de ação própria dos principais posicionamentos na hierarquia socioprofissional estabelecida nas empresas e nos estaleiros, a formação deste quadro de relações sociais obedece a algumas regularidades que importa também esclarecer.

Ainda que varie consoante a natureza e a dimensão da empresa, a ação dos empresários na construção da entrada nos estaleiros é, a vários títulos, crucial. Se as grandes empresas portuguesas também presentes na região constroem a sua entrada ao abrigo de mecanismos formais próprios do setor – a começar pelos concursos –, sabe-se que as dinâmicas da subcontratação são muito atuantes localmente e que o interconhecimento, aliado a conhecimento técnico e rapidez se revelam como elementos particularmente valorizados na altura de tomar decisões entre empresários. Uma parte relevante do trabalho de empresários (médios, pequenos ou micro) passa por estar atento a oportunidades e contactos. As redes de conhecimento dos empresários portugueses são, a este nível, particularmente influentes para o desencadear de trabalhos. Para que tais redes sejam eficazes, a confiança na mão de obra e a reputação construída entre empresários e responsáveis de obra é também decisiva. De igual modo, e face ao considerável esforço que o Estado francês desenvolve em matéria de inspeção das condições de trabalho nos estaleiros e de cumprimento da legislação laboral, desde logo da relativa ao destacamento de trabalhadores, sabe-se, entre empresários e trabalhadores, que uma das modalidades de afirmação na atividade industrial na Construção no país passa, frequentemente, pelo equacionar de um passo decisivo materializado na abertura de uma empresa em França, que garanta um regime mais facilmente controlável das relações salariais perante a inspeção do trabalho. Para que este se concretize, o apoio legal e contabilístico é particularmente determinante e a reunião de pessoas de confiança nestes domínios também – algo tanto mais relevante quanto o domínio do francês se revele limitado, o que reforça ainda mais a necessidade de ter em quem confiar.

Francisco C. trabalha em Bordéus desde 2009, para onde veio, depois de ter trabalhado em Portugal e em Espanha. Um conterrâneo – do Marco de Canavezes – foi o responsável: “dero-le os meus contactos”. A proposta de salário, para en-

carregado, era “tão ridícula, que eu ri-me”, mas rapidamente a competência se viu reconhecida e, de encarregado, Francisco C. passou, com algum risco financeiro pessoal e familiar, a proprietário de uma pequena empresa que, com o tempo, evoluiu para mais de sete dezenas de trabalhadores, “80% deles do Marco de Canavezes” – todos eles assalariados da empresa francesa que constituiu, com a ajuda de um contabilista e de uma secretária franceses, para se libertar de complicações com os destacamentos:

“Não é o meu lema, eu ou ando direito ou então, ou estou quieto. Eu, se um dia vir-me atrapalhado com a empresa, mais depressa a fecho do que ir arranjar soluções que se calhar não são soluções, são mais problemas.”

(Francisco C., proprietário de PE, 44 anos)

Bem inserido no campo da Construção de Bordéus (“uma pessoa quando se tá na arte, no meio, vai-se apercebendo das coisas, pois, e agora muitos conhecimentos, eu conheço pessoas mesmo da alta em Bordéus”), a confiança que tem no pessoal recrutado no Marco de Canavezes é reforçada pelas garantias que este lhe dá de um trabalho bem feito, uma garantia que retribui, ocupando-se de lhe assegurar residência adequada em França (“Eu todos os meses pago 15.000 euros, mais ou menos, de rendas”) e um ritmo de trabalho compatível com a necessidade de um regresso mensal às famílias deixadas em Portugal. Homem de convicções firmes construídas no negócio e na gestão de grandes coletivos de trabalhadores, tem como outro lema não partilhar as obras com outras empresas subcontratadas: “Ou faço tudo, ou não faço nada”; “Eles não se dão, os trabalhadores [de empresas diferentes] nunca se dão.”

Os posicionamentos superiores, intermédios e técnicos na hierarquia socioprofissional dos estaleiros possuem também uma relevância específica construída em torno de um quadro de relacionamentos sociais recíprocos. Para a implementação de processos tecnicamente mais exigentes e para a própria gestão do trabalho quotidiano no estaleiro, o reconhecimento teórico e prático da competência de quem coordena trabalhos e ações é da maior importância. Admitindo que nas empresas de menor dimensão a presença de profissionais portugueses altamente qualificados é menos visível, é sobretudo entre encarregados gerais e encarregados que se polarizam tais reconhecimentos. As mediações por estes construídas no quotidiano de trabalho são, assim, decisivas e amplamente dependentes da palavra dada (ainda que esta também possa falhar).

Com 33 anos, Abel é natural de Lousada, com casa em Valongo, onde tem residência com a sua mulher. Com formação profissional na área da mecânica, começou a trabalhar aos 16 anos, como mecânico de automóveis, mas ingressou,

aos 17 anos, numa das grandes empresas da Construção do país, por via do contacto de um colega junto de um encarregado. Iniciava, assim, um percurso profissional que o levaria, logo de seguida, a Espanha e, mais tarde, à Suíça. Tendo exercido funções de chefe e de encarregado, Abel é, agora, condutor de máquinas em Bordéus – “mas não tenho medo de [trabalho de] trolha” -, sendo particularmente sensível à palavra dada no desenvolvimento do trabalho: a vinda para Bordéus deveu-se também a um encarregado, que lhe deu conta da existência de uma empresa de portugueses; contudo, e tal como já lhe acontecera na Suíça, “disse uma coisa e afinal era outra”. “Enganado” relativamente ao seu futuro trabalho, a sua situação chegou ao conhecimento dos seus atuais patrões, que lhe redirecionaram o serviço. Depois de um curso de manobrador de máquinas e de uma primeira incursão, sete anos antes, por Bordéus, regressou à mesma empresa e aos patrões que o acolheram, sendo um manobrador “encartado” – mas “faço tudo”. Quanto aos patrões, “Eles gostam de mim”, “são padrinhos”. O enraizamento social da mobilidade de trabalho que desenvolve é, nesse sentido, claro: “Se for para outro país, sem conhecer pessoal, já não vou.”

Os quadros de reciprocidade e de confiança sociais são também preponderantes na definição do quotidiano dos agentes que ocupam os posicionamentos mais elementares da hierarquia socioprofissional documentada entre os portugueses que identificámos em Bordéus. Os quadros em apreço configuram-se, neste último caso, em torno de uma grande dedicação ao trabalho, sustentada por jornadas muito intensas, vividas, por quem as protagoniza, num registo focado, que origina uma cultura laboral fundada em retribuição pelo trabalho prestado – “o esforço tem de compensar” -, mas também em exigência e muita severidade na avaliação permanente de força física e de competências (Reimer, 1979, pp. 24-42) e no próprio tratamento quotidiano entre pares – esconjurados, de modo mais ou menos recorrente, com brincadeiras, humor, linguagem e obstinação característicos (Lüdtke, 2000, pp.63-88). Tais quadros de reciprocidade e de confiança sociais contribuem, assim, para produzir e/ou reproduzir esta cultura laboral, tornando suportável a distância ao país e viabilizando uma paradoxal condição de *trabalhador migrante de longa duração* que se estrutura no afastamento do país de destino e, em muitos casos, na própria recusa subjetiva da situação de “imigrante” neste. A configuração social responsável pela intensidade do trabalho assim construída constitui-se, material e simbolicamente, como uma espécie de dinamismo que responde não apenas aos objetivos económicos ditados pela gestão da obra, mas alimenta-se também quotidianamente da vontade de regresso provisório a casa por parte de quem trabalha: como assinala Abdelmalek Sayad, “A ideia de regresso está intrinsecamente contida na denominação e na própria ideia de emigração e de imigração” (Sayad, 2006, p.137). Importa, contudo, ter também presente que este é um quadro inevitavelmente contraditório de grande exigência física, social e emocional. Se um

núcleo significativo dos agentes operários entrevistados no âmbito da presente pesquisa parece participar desta lógica, conformando-se ao seu teor, fazendo, como é habitual nestas regiões do espaço social, da necessidade virtude (Bourdieu, 1979, p.443), não deverá esquecer-se que nem todos se adaptam a uma tal lógica.

Belmiro tem 43 anos e é de Penafiel. Assalariado com vinte anos de empresa, “o mais antigo”, acompanhou os patrões quando estes, também de Penafiel, no auge da mais recente crise económica em Portugal, optaram por ir à procura de novos mercados em França. Nunca estivera fora do país e a experiência em Bordéus dura há sete anos, tantos como aqueles que a empresa francesa dos patrões portugueses tem aqui. Com reduzido interesse expressivo, a que uma certa gaguez não é alheia, Belmiro é discreto, mas está permanentemente atento ao que lhe dizem. Começou como calceteiro pouco antes de fazer 15 anos e, três meses depois, “fui logo para a trolhice”, por intermédio de patrões vizinhos, como é habitual na sua região de origem, mantendo-se, desde então, no ofício. Homem de confiança de patrões e de colegas, o “oficial” da pequena empresa e do coletivo operário em que trabalha, Belmiro é o exemplo paradigmático do trabalhador focado – “trabalho-casa, casa-trabalho” -, funcionalmente adaptado às missões a cumprir na obra todos os dias, sem que as deslocações mensais a casa, em Portugal, lhe causem transtorno. Como Belmiro, muitos outros.

Prospecção de mercados, coordenação de negócios e de trabalhos, autoridade e planeamento do trabalho no estaleiro, reciprocidade cúmplice aferida por disponibilidade para o trabalho no cumprimento atempado de tarefas, eis dimensões da atividade de patrões, encarregados e operários portugueses *migrantes de longa duração* em Bordéus que se revelam definidas em torno de uma reiterada procura de práticas de confiança estruturadas em torno de uma pertença laboral, nacional e linguística comuns: “A construção representa o nicho étnico por excelência: os laços entre trabalhadores e proprietários da co-etnia fornecem o mecanismo pelo qual a informação é circulada, as competências são obtidas e os contactos adquiridos” (Waldinger, 1995, p.577, tradução própria). Uma tal procura da confiança envolve, pragmaticamente, outros grupos nacionais presentes no estaleiro e declina-se em modalidades que são função de relações de dominação com configurações diferenciadas, estruturadas em torno das hierarquias profissionais no estaleiro. Sem entrar numa análise que permita esclarecer algumas das implicações destes últimos processos – e que, constituindo uma outra pesquisa, podem, não obstante, ser aferidas mais diretamente com a leitura da intervenção de Nicolas Jounin que se anexa a este estudo -, os três percursos que seguidamente se apresentam permitem aprofundar um pouco mais o conhecimento da configuração dos processos de construção social da confiança em causa entre os agentes que protagonizam estes processos nos estaleiros de Bordéus estudados.

Um empresário, pela estrada fora, à procura de gruas em abundância

Perante as dificuldades vividas pela empresa que tinha no setor da Construção em Portugal, em 2008, Rui S., 44 anos, natural de Penafiel e com atividade numa pequena empresa na área envolvente e no Grande Porto, toma uma decisão que lhe mudaria a vida. Antecipando, literalmente, aquele que seria o caminho de muitos daqueles que trabalhavam no setor, parte, de automóvel, solitariamente, pela estrada fora. O objetivo era internacionalizar a atividade da empresa que fundara com o seu irmão aos 21 anos e, para esse efeito, Rui parte de Portugal à procura de cidades onde se vislumbressem gruas em abundância – o sinal que, como é hábito entre profissionais do setor, esperava encontrar para descobrir atividade na construção. Passou Portugal, atravessou toda a Espanha, então já plenamente em crise, e só parou em Bordéus, onde encontrará abundantemente as procuradas gruas. Ao descobrir as palavras “da Silva” no exterior de um estaleiro de obra parou e dirigiu-se a esta; o estaleiro estaria, seguramente, a cargo de um português e essa seria a garantia de que precisava. Ofereceu os seus serviços e estes foram aceites, primeiro, informalmente. Rapidamente percebeu, contudo, que sem o recurso à abertura de uma empresa em França, dificilmente vingaria no país. Com o apoio de um contabilista francês recomendado, organizou o seu novo destino no país:

“(…) Em, há, em 2008, houve aquela grande crise, que, que nós também não ficamos alheios a ela... E por, não por, não por falta de trabalho, sim, havia pouco trabalho, mas nós até tínhamos, mas por falta de pagamento. (...) Nós tivemos a necessidade de sair daqui e eu fui pa França trabalhar com a empresa que tinha aqui. Só que não funciona, nem em subempreitada, aquilo é muito controlado, funciona, mas tem muitas normas específicas, as quais eu, eu não as tinha. Por exemplo, tinha que ter pessoal a trabalhar aqui para poder tra, também trabalhar lá. Então, deu-se a necessidade.... Deu-se a necessidade, deu-se a necessidade de mão, de fazer uma empresa lá em França, que temos lá há dez anos. Pronto, começamos, fazemos a nossa empresa, começamos a trabalhar, ah, aquilo começou a funcionar bem.... Aquilo, foi fácil, eu arranquei daqui, arranquei daqui de Portugal com essa ideia de arranjar alguma coisa em, em Espanha. Ou, ou França. Saí daqui de, de, peguei no carro... (...) E, ao passar a Bordéus, vi que havia lá muito movimento de con, de construção civil. Você sabe como é que, como é qu’ os empreiteiros vêm? (...) É as gruas, as gruas no ar é sinónimo que há muito trabalho, não é? A gente olha, vê uma grua ou não vê nenhu. (...) E lá em Bordéus tinha muitas. E até hoje ainda continua a ter. E eu, pronto, parei lá e fui, e fuie... bater à porta. (...) Fui lá à obra. Tava a obra a trabalhar e eu entrei. Entrei, pedi, que queria falar com o patrão, sabia que era, vi que era «da Silva», era português.”

(Rui S., proprietário de PE, oriundo de Penafiel, 44 anos)

A eficácia da competência interacional gizada no estaleiro – e da confiança em que esta se suporta – é bem evidente na descrição da negociação que se estabelece entre Rui S. e o gerente da obra que o recebe naquela ocasião crítica e que corresponde, em termos práticos, à atualização de disposições apuradas ao longo de uma trajetória profissional iniciada aos 14 anos, depois de abandonada a escola no sexto ano, e de um percurso no setor feito de promoções rápidas e de transições entre grandes empresas – um percurso que começara, primeiro, numa empresa de alta-tensão e que se consumara, logo depois, numa ida, também solitária, para Lisboa para trabalhar numa das grandes empresas do setor na época no país:

“Eles começaram a falar co, comigo em construção civil, pronto, quem, quem perceber sabe logo que sa, o que é qu’ eu estou a falar. (...) Quando eu faço uma entrevista a alguém pra, para a gente, pronto, eles não me conseguem enganar. É muito difícil, tem, tem, tem de ter muito treino para me enganar. Os meus funcionários se me quiserem enganar têm de saber muito, porquê? Eu digo assim: «Quer, quer vir trabalhar pra mim? O que é que tu sabes fazer?», «Ai, eu faço tudo.», «Ok, tudo bem. Anda cá então!» Eu faço meia dúzia de perguntas, sei logo s’ é verdade s’ é mentira. E, e eu, o homem também sabia bem do que é que estávamos a falar. Estávamos a falar os dois da mesma língua, como se costuma dizer, e ele arranjou lá um trabalhito, mas muito mal pago, mas meu amigo, era melhor que nada.”

(Rui S., proprietário de PE, oriundo de Penafiel, 44 anos)

Nos quatros meses que se seguem, Rui S. convence os seus trabalhadores a deslocarem-se para o novo estaleiro em França, ocupa-se, como é habitual no setor, de lhes arranjar acomodação e alojamento (“eles não pagam a dormida nem a comida”) e persiste, com o mesmo método baseado no contacto direto nos estaleiros – mesmo sem falar, inicialmente, francês -, na procura de trabalho. Essa procura de trabalho e a nova organização da empresa em França garantem-lhe serviço e atividade que lhe permitem permanecer no país, especializando-se, depois da participação em grandes obras, na construção de casas individuais. Envolvendo riscos, a procura de trabalho assim construída alicerça-se na demonstração de competência técnica, no cumprimento de prazos e objetivos que garantem respeito mútuo e confiança entre as partes envolvidas nas relações (sub)contratuais que assim se gizam:

“Entretanto, eu pus lá os homens e fui a, atrás da, de trabalho melhor, né? E não saí de lá, fiquei lá a tomar conta deles, levava-os, levava-os de manhã e ao meio-dia levava-os a almoçar e à noite ia buscá-los, mas, mas não ficava na obra. Ia ber o que, o que é que eu podia arranjar melhor. E, ah e pronto. Arranjei, tinha de arranjar, havia muito, tinha de arranjar. Não sei, ah, coisinhas pequenas e tal, e eu, e já fiz lá grandes obras, e hoje não faz porque não quero. Prefiro fazer muitas pequenas que grandes, poucas

grandes, mas já fiz lá obras de milhões, lá em França, e agora faço casas individuais. (...) Andava nas obras, não ia ao escritório, às vezes encontrava as pessoas responsáveis, pedia pa falar com o, c' os responsáveis, informava, eu dizia que andava atrás de trabalho, para desenrascar e tal, e, e, ah, uns não davam, outros prometiam, uns diziam logo simplesmente que não, ah, que tinham que ter alguém que tivesse muita confiança, outros diziam: «Oh, pá, passe mais tarde, pode ser?» e outros diziam: «Sim, senhor, vamos correr o risco.», correram o risco e eu ainda hoje trabalho... E, ah, ainda hoje trabalho com eles. Se eu le dizer, se eu le dizer a eles que, que me vou embora, eles são capaz de vir atrás de mim nem que seja até aqui, porque há, pronto, eu tenho muito respeito por eles, porque eles me aceitaram, ah, de certa forma, aceitaram assim: «Olha, vamos, vamos, vamos experimentar.»... Mas eles também têm muito respeito por mim... Porque sabe que nós fazemos o melhor que podemos e que sabemos e, e, e cá, aqui não há cá, não há cá manobras, manobras indesejadas.”

(Rui S., proprietário de PE, oriundo de Penafiel, 44 anos)

A relação de confiança estabelecida com os clientes encontrados nos estaleiros é também parte integrante da relação construída no interior da empresa, desde logo, com o seu irmão, que se ocupa da gestão do quotidiano no estaleiro, mas também com os restantes assalariados, que levou todos de Penafiel. “Homens da minha confiança”, os assalariados da empresa desempenham um papel crucial no dia a dia do estaleiro, pois não só garantem o cumprimento das tarefas previsto como enquadram também os homens que trabalham em subempreitada (trabalhadores temporários) a que a empresa tem de recorrer. Da cerca de dezena de homens que constitui o corpo assalariado da empresa, apenas um levou a família para França. Todos os outros se deslocam mensalmente a Portugal, ao abrigo do ritmo de trabalho de três semanas habitual entre os trabalhadores portugueses nos estaleiros da região. As garantias dadas pelo trabalho realizado pelos assalariados da empresa – cumprimento de prazos, limpeza, qualidade – justificam plenamente o modelo de trabalho gizado; tais garantias facilmente se consomem como características dos “trabalhadores portugueses”, a que as categorias nativas de representação do trabalho nos estaleiros são amplamente sensíveis: nas obras, “ (...) Com os meus funcionários, eles conhecem-me bem, e eu conheço-os bem a eles e aquilo funciona às mil maravilhas e assim não há, não há dúvidas, é, eles sabem o que é que eu quero, e sabem... (...) Os portugueses são, são, eh, conhecidos em França como o, o melhor povo a trabalhar.”

Um encarregado em ação

José Carlos é encarregado geral, nascido em Baião, em 1976, no interior do Distrito do Porto. Cresceu, tudo o indica, com os seus avós, agricultores. Assim que completou o sexto ano de escolaridade, começou a trabalhar, tinha 12 anos.

Começou como ajudante de pedreiro e como pintor, sem declarar a atividade perante as autoridades. Vizinhos e amigos conhecedores do ofício abriram-lhe as portas de outra empresa do setor em Portugal: “E foi as únicas empresas que tive em Portugal, foi essas duas. Foi até aos 18.” Com 18 anos aventurou-se para o estrangeiro, solitariamente, de avião, para Frankfurt, na Alemanha, onde permaneceu até aos 23 anos. O exemplo da experiência dos tios motivou-o: “tenho tios meus que tiveram na Suíça, na Rússia, no Iraque. (...) Foram pró estrangeiro e vieram ricos”. A Alemanha “era, na altura, era o país [que] estava a pedir mais trabalho... pás obras” e a conversa com os amigos no café em Portugal foi suficiente para o convencer e para organizar todo o processo. Sempre acompanhado pelos colegas portugueses, na empresa onde se ocupou a fazer fachadas em pedra nunca precisou de aprender alemão. Num dos regressos semestrais que fazia a Portugal conheceu a namorada, que se tornaria sua mulher; foi pai (de “um moço”, quatro anos mais tarde de um outro) e voltou a fixar-se no país. Aqui ficou durante um ano a trabalhar na Construção, para voltar, depois, a sair. A necessidade de dinheiro assim o ditava – a mulher, operária fabril têxtil, ganhava pouco, trabalhava muito e quantias substanciais eram dedicadas ao pagamento da ama do filho.

Por volta do ano 2000, lê no jornal que uma empresa de trabalho temporário procura operários para a Islândia. Na sequência de uma entrevista que teve lugar no Porto, José Carlos é contratado como chefe de equipa e desloca-se, durante seis meses, para a Islândia (“sempre me dei bem com o frio”). No seu regresso a Portugal realiza novos contactos (“cunbersas de cafés” no Marco de Canavezes) que o levam a entrar na rede de empresas onde permanece até à atualidade. O empresário, espanhol, para quem trabalha tem três empresas de Construção em Portugal, Espanha e França. José Carlos começou por trabalhar em Espanha, onde esteve como encarregado geral de obra, cerca de treze anos, e onde aprendeu a falar bem espanhol. Pamplona, Zaragoza, Cádiz ou Valencia são algumas das cidades em que trabalhou.

Em 2016, veio trabalhar para a empresa francesa do grupo do seu patrão e desempenha, nesta, as mesmas funções de encarregado geral. Bordéus é uma de várias cidades onde, agora, tem trabalho. Circula diariamente entre os estaleiros no carro da empresa, com o seu motorista e intérprete, tendo ao seu cargo um trabalho decisivo que passa pela condução de 53 homens. Especializada na realização de estruturas em betão, a empresa está plenamente inserida no quadro de contratação e de subcontratação habitual no setor, sendo o seu pessoal constituído maioritariamente por portugueses: “Se queres que te diga 99% são portugueses.” Fica instalado, em boas condições, numa das cinco moradias que estão arrendadas para acolher os assalariados da empresa. As condições de apoio prolongam-se no estaleiro, onde o pessoal tem equipamentos adequados à sua disposição. As tarefas laborais diárias, bem superiores às sete horas de trabalho previstas na legislação

laboral francesa, exigem muito ao corpo e à mente e justificam aquelas condições. A falta de homens para trabalhar obriga a um planeamento cuidadoso do trabalho diário e a uma repartição imaginativa da mão de obra à disposição: faltam “enfrades, ferrageiros, trolhas...”

As visitas a Portugal são feitas a cada uma ou duas semanas, por terra, numa carrinha da empresa. Mas a repetição destas deslocações também provoca cansaço e aumenta a vontade de regressar a Portugal: “Para vós veres o que é a vida dum português. (...) Como nós, há milhões!” A instalação definitiva em França com a família seria a solução mais óbvia para a pressão constante a que o quotidiano está sujeito, mas a barreira linguística e a itinerância do trabalho tornam esta solução difícil de implementar. O regresso ao seu país de origem é, assim, o horizonte que tem definido, mas há dinheiro para ganhar entretanto. O projeto em França tem, por isso, tempo marcado. Assim que o filho mais novo atinja a maioridade e se possa lançar no mundo do trabalho (o mais velho já se encontra em Espanha, a trabalhar na Construção), regressa à terra natal para “desfrutar um pouco da vida”, porque, até agora, “juntei dinheiro para eles [filhos].” Refletindo, interroga-se:

“Por isso é que andamos, porque é que andamos no estrangeiro? (...) Você se tivesse lá em baixo [em Portugal], vocês sabem que não dá. (...) Se queremos ter alguma coisa na vida. Temos qu’ andar por fora. (...) Eu, no meu ponto, num quero ficar rico. (...) Não me sai o *Euromilhões*, quero acabar o, que meu filho acabe, tem que ser maior de 18 e que vá trabalhar e depois eu arranco pa Portugal. (...) Para mim e para mulher ganho pra mim. (...) Venho-me embora, na França ganho muito dinheiro lá, só que num... (...) Não, pa convivência com os amigos. Os anos que nós perdemos de vida. (...) Os anos que nós perdemos de vida a andar aqui no estrangeiro. (...) No, nós chegamos lá não conhecemos nada. (...) boltar, boltar a conviver com a gente, conhecer o ambiente da nossa terra, nós somos da nossa terra, não sabemos o qu’ é a nossa terra.”

(José Carlos, Encarregado geral, ME, estável, Marco de Canavezes, 42 anos)

De trabalhador independente em Portugal a assalariado em França: Um *maçon* há sete anos fora do país, na mesma empresa

David tem 43 anos, é originário de Penafiel, “da cidade mesmo, sou só eu o único (...) o resto é tudo da bouça”, diz para se destacar, brincando, dos colegas que integram a sua equipa de trabalho em Bordéus. Começou a trabalhar com 15 anos, na terra de origem, na sequência da conclusão do sexto ano de escolaridade. A data de setembro de 1990, desse começo, está bem viva na sua memória: “não havia tempo para estudar.” Esse início e os sete anos seguintes fizeram-se numa grande empresa, uma “empresa mundial”, com cerca de 400 pessoas. Nesta oca-

sião, conhecia já os padrões atuais, vindo a trabalhar com estes, de seguida, durante três anos. Contudo, viria a estabelecer-se por conta própria no fim deste último período. Durante treze anos, trabalharia em Portugal, especificamente no Norte do país. Decide, nesta altura, concluir o nono ano de escolaridade, frequentando, “por necessidade”, o ensino noturno: “Quando se está como trabalhador independente, tem que se adaptar (...) tem que se adquirir conhecimento, tirar o curso de informática, o de TIC, foi mesmo por necessidade.” Os antigos padrões, no final deste período, a iniciarem o seu trabalho em Bordéus, insistem com David para se juntar a eles no exterior, mas, como tinha muito serviço, recusou sistematicamente esta proposta. Contudo, e tal como se ouve de muitos dos seus colegas:

“...a partir de 2010, 2011, o serviço abrandou, como diz o bom português, é muitos cães ao mesmo osso, e a questão do... orçamentava, ou seja, os valores com que se concorria às obras baixaram muito, caso que, às vezes, era impossível, não, não chegava pá despesa. Mais vale pôr o orgulho de parte e... e continuar.”

(David, pedreiro, PE, estável, Penafiel, 43 anos)

É, pois, nesta ocasião que decide aceitar a proposta dos antigos padrões e ir para Bordéus trabalhar. Pela primeira vez na sua vida de trabalho, com 36 anos, decide sair do país: “É a primeira vez que estou fora, já lá vão... faz dia três de janeiro sete anos.” A gestão da distância à família, constituída pela esposa, dois filhos e um neto (foi pai aos 20 anos), não foi e não é fácil: “É duro mais ao fim de semana.” Em todo o caso, a vida faz-se com adaptações sucessivas e as deslocamentos mensais a Portugal ajudam. No trabalho, em Bordéus, “O meu ofício? Aqui, atualmente, é *maçon*, denomina-se pedreiro”; neste encontrou uma forma muito diferente de organizar as atividades e métodos de trabalho, uma forma mais “fácil” – uma leitura que é recorrente entre muitos dos trabalhadores da indústria da Construção nacionais na região -, que se revela também mais rápida, prática e tecnicamente mais versátil do que em Portugal:

“É... o país é diferente, a cultura é muito, muito diferente da nossa, mas muito mesmo. Trabalhar é mais fácil... sem ligar à cultura daqui e à língua daqui, mais vale trabalhar aqui que em Portugal. (...) não é tanto tempo preso num local, estar ali três, quatro, cinco meses. (...) todo o material aqui permite que a mão de obra seja mais rápida. (...) as técnicas são mais fáceis do português adaptar.”

(David, pedreiro, PE, estável, Penafiel, 43 anos)

Se bem que a adaptação ao trabalho tenha sido bem-sucedida, uma cultura “muito diferente”, a comunicação noutra língua – “foram complicados os primei-

ros três, quatro meses, usava língua gestual” -, e a própria gastronomia – “Eles aqui só comem verduras, e um português gosta de comer bem [risos]” – traduziram-se em exigências física e intelectualmente relevantes na inserção de David no trabalho em Bordéus. É bem evidente, contudo, que a confiança nos patrões e na equipa de trabalho desempenham, para David, um papel ativo e estruturante da sua presença, simultaneamente permanente e temporária, em França.

Uma interpretação sociológica final: O estaleiro em França, a confiança e a recriação *sui generis* da autoctonia

A sociologia sublinha há muito tempo a importância de laços sociais com diferente força na estruturação de condutas com impacto económico e social alargado (Granovetter, 1973). Não ampliando a reflexão epistemológica subjacente a tais sublinhados, há pelo menos garantias, baseadas em investigação sociológica substantiva, de que a exploração analítica e metodológica criativa do modo como tais laços se estruturam em diferentes domínios da atividade económica fornece quadros heurísticos para o aprofundamento do conhecimento sociológico disponível. Muitos dos empresários, encarregados e operários portugueses entrevistados no âmbito da presente pesquisa enfrentaram a crise posterior a 2007/2008 com recurso a uma intensificação muito significativa da prática habitual da itinerância que os caracterizava, que os conduziu à região de Bordéus, em França. A procura e a experiência de trabalho entretanto desenvolvidos por este conjunto de migrantes portugueses de longa duração a trabalhar na indústria da Construção desta região estruturam-se em torno do que se poderá qualificar como uma tentativa de construção, eminentemente social (Bourdieu, 2017), de um mercado de trabalho baseado em mecanismos pessoais de cooptação (Jounin, 2009, p.121, 212; Thiel, 2012, p. 133, 141, 146), prolongando e investindo de propriedades renovadas tais mecanismos.

Não obstante a força dos preços e dos orçamentos na determinação das possibilidades de ação no estaleiro e da própria tensão em matéria de negociações que lhes estão subjacentes (Rooke, Seymour & Fellows, 2004), tudo aponta para que, no dinâmico, diferenciado e desigual mundo da subcontratação, os agentes aqui retratados procurem estabelecer os fundamentos de um capital de conhecimentos técnicos e sociais fundado numa prática de recriação *sui generis* da autoctonia (Retière, 2007; Renahy, 2010), mesmo quando esta se estrutura, por força de uma intensa mobilidade física, em quadros que envolvem grande distância relativamente à sociedade de origem mas também na própria sociedade de destino. Vinculada, será sempre importante lembrá-lo, a resultados económicos e técnicos – que estes agentes, para sobreviver pragmaticamente no mercado da subcontratação, procuram assegurar (Steiger, 1993) -, e ainda que, provavelmente e nesta fase, me-

nos sensível a processos de desestruturação de ofícios e de modos autónomos de planear o trabalho em curso noutros contextos de trabalho da indústria da Construção (Ness, 2009), a atividade no estaleiro assim desenvolvida parece estar fortemente configurada em torno de práticas de reciprocidade e de estabelecimento de confiança mútua, estruturadas – de um modo aberto, reconheça-se – em torno de universos sociais, culturais, linguísticos e até espaciais de pertença comum.

Não ignorando os “enganos” (Ditton, 1977) a que as modalidades de estruturação de negociações sobre as mais diversas formas de contrato podem estar sujeitas neste quadro, desde logo, entre portugueses, tudo aponta para que os agentes envolvidos nestes processos tenham procurado desenvolver um quadro de competências práticas e simbólicas informado pela intensidade do trabalho e pela capacidade de confiar na possibilidade de indivíduos, de equipas e de micro, pequenas e médias empresas lhe corresponderem convenientemente: se essa intensidade é alimentada pelos constrangimentos económicos e técnicos da obra, não se deve negligenciar a importância dos próprios ritmos regulares de regresso a casa, em Portugal, na respetiva indução. Sem esquecer o desgaste físico, social e emocional a que estes processos estão sujeitos, importará reconhecer, por fim, que as gruas que se vislumbram na paisagem de Bordéus parecem, assim, estar sustentadas socialmente numa complexa e intrincada rede de agentes eficientes (Bourdieu, 2000) a operar a partir dos estaleiros, que muitos dos nossos entrevistados ajudam a construir e em cujo universo de competências se têm vindo a formar.

Referências Bibliográficas

- Arroteia, J. C. (1983). *A Emigração Portuguesa: Suas origens e distribuição*. Lisboa: Biblioteca Breve/ Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.
- Baganha, M. I., Marques, J. C. & Góis, P. (2002). Sector da Construção e Obras Públicas em Portugal: 1999-2000. *Oficinas do CES*, 173, 1-35.
- Bennett, J. (2011). *Construction the Third Way: Managing co-operation and competition in Construction*. London: Routledge.
- Bourdieu, P. (1979). *La Distinction : Critique sociale du jugement*. Paris : Minuit.
- Bourdieu, P. (1994). Stratégies de reproduction et modes de domination. *Actes de la recherche en sciences sociales*, 105, 3-12.
- Bourdieu, P. (2000). *Les Structures Sociales de l'Économie*. Paris : Seuil.
- Bourdieu, P. (2017). *Anthropologie Économique : Cours au Collège de France 1992-1993*. Paris : Seuil.
- Burawoy, M. (2009). *The Extended Case Method: Four countries, four decades, four great transformations and one theoretical tradition*. Berkeley: University of California Press.
- Coleman, T. (1965). *The Railway Navvies: A history of the men who made the railway*. Harmondsworth: Hutchinson.

- Cremers, J. & Janssen, J. (2006). *Shifting Employment: Undeclared labour in construction industry*. Rotterdam: Antenna.
- Ditton, J. (1977). Perks, Pilferage and the Fiddle: The historical structure of invisible wages. *Theory and Society*, 4, 39-71.
- Dubois, V. (2014). Ordem institucional, ordem interaccional e ordem social: Administrando o bem-estar, disciplinando os pobres. *Cadernos de Ciências Sociais*, 27, 53-66.
- Eccles, R. (1981a). Bureaucratic verses craft administration: The relationship of market structure to the construction firm. *Administrative Science Quarterly*, 26(3): 449-469.
- Eccles, R. (1981b). The quasifirm in the Construction Industry. *Journal of Economic Behaviour and Organisation*, 2, 335-357.
- Foster, C. (1969). *Building with men: An analysis of group behaviour and organisation in a building firm*. London: Tavistock.
- Fournier, P., Hatzfeld, N., Lomba, C. & Muller, S. (2008). Introduction: Étudier le travail en situation. In A-M. Arborio, Y. Cohen, P. Fournier, N. Hatzfeld, C. Lomba, & S. Muller (Eds.), *Observer le Travail: Histoire, ethnographie, approches combinées* (pp.7-27). Paris: La Découverte.
- Goffman, E. (1983). The Interaction Order: American Sociological Association, 1982 Presidential Address. *American Sociological Review*, 48, 1-17.
- Granovetter, M. (1973). The Strength of Weak Ties. *American Journal of Sociology*, 78(6): 1360-1380.
- Harvey, M. (2001). *Undermining construction: The corrosive effects of false self-employment*. London: Institute of Employment Rights.
- Harvey, M. (2003). The UK: Privatisation, fragmentation and inflexible flexibilisation in the UK Construction Industry. In G. Bosch & P. Philips (Eds.), *Building chaos: an international comparison of deregulation in the construction industry*. London: Routledge.
- Hillebrandt, P. M. (1992). La diversification des entreprises de construction en Europe. In E. Campagnac (Ed.), *Les Grands groupes de la construction: De nouveaux acteurs urbains?* (pp. 49-59). Paris: L'Harmattan.
- Jounin, N. (2009). *Chantier interdit au public: Enquête parmi les travailleurs du bâtiment*. Paris: La Découverte.
- King, R. (2012). Theories and Typologies of Migration: an overview and a premier. *Willy Brandt Series of Working Papers in International Migration and Ethnic Relations 3/12*, Malmö Institute for Studies of Migration, Diversity and Welfare, Malmö University.
- Levitt, P. & Glick-Schiller, N. (2004). Conceptualizing simultaneity: a transnational social field perspective on society. *International Migration Review*, 38(145), 595-629.
- Lüdtke, A. (2000). *Des ouvriers dans l'Allemagne du XXe siècle: Le quotidien des dictatures*. Paris: L'Harmattan.

- Marcus, G. E. (1995). Ethnography in/of the World System: The Emergence of Multi-Sited Ethnography. *Annual Review of Anthropology*, 24, 95-117.
- Marques, J. C., Góis, P., Candeias, P. & Ferreira, B. (2019). França, *OEm Country Reports*, 5, Lisboa, Observatório da Emigração, CIES-IUL, ISCTE-IUL, DOI: 10.15847/CIESOEMCR052019.
- Marques, J. C. & Góis, P. (2014). A emigração portuguesa contemporânea e o Estado: uma Nação dispersa, um Estado longínquo. *População e Sociedade*, 22, 55-71.
- Monteiro, B. (2014). Portuguese construction workers in Spain: situated practices and transnational connections in the European field of construction (2003-2013). *Construction Labour Research News*, 2, 8-32.
- Ness, K. (2009). Not just about bricks: the invisible building worker. In A. Dainty (Ed.), *25th Annual ARCOM Conference, 7-9 September 2009*. Nottingham: Association of Researchers in Construction Management, 1, 645-654.
- Pereira, V. (2012). *La Dictature de Salazar face à l'émigration. L'État portugais et ses migrants en France (1957-1974)*. Paris: Presses de Sciences Po.
- Pinto, J. M. (2018). Trabalho e trabalhadores da Construção Civil: Recapitulação de resultados e novas hipóteses de investigação. In S. Gomes et al. (Eds.), *Desigualdades Sociais e Políticas Públicas – Homenagem a Manuel Carlos Silva*. (pp. 391-413) Famalicão: Humus.
- Pinto, J. M. & Queiroz, M. C. (1996a). Flexibilização da produção, mobilidade da mão-de-obra e processos identitários na Construção Civil. *Sociologia. Problemas e Práticas*, 19, 9-29.
- Pinto, J. M. & Queiroz, M. C. (1996b). Qualificação profissional e desqualificação social na construção civil. *Cadernos de Ciências Sociais*, 19-20, 41-85.
- Queirós, J. & Monteiro, B. (2019). Entre ici et là-bas: Notes de recherche sur l'émigration en Espagne d'ouvriers portugais du bâtiment". In V. B. Pereira & Y. Siblot (Eds.), *Classes sociales et politique au Portugal: Pratiques du métier de sociologue* (pp. 155-189). Vulaines-sur-Seine: Ed. du Croquant.
- Queiroz, M. (2003). Precarização do emprego e integração profissional numa região de industrialização difusa: o caso dos operários da Construção Civil do Nordeste de Portugal. *Sociologia*, 13, pp. 19-55.
- Reimer, J. (1979). *Hard hats: The work world of construction workers*. London: Sage.
- Renahy, N. (2010). Classes populaires et capital d'autochtonie. Genèse et usage d'une notion. *Regards Sociologiques*, 40, 9-26.
- Retière, J-N. (2007). Autour de l'autochtonie. Réflexions sur la notion de capital social populaire. *Politix*, 16(63), 121-143.
- Rooke, J., Seymour, D. & Fellows, R. (2004). Planning for claims: An ethnography of industry culture. *Construction Management and Economics*, 22(6), 655-662.
- Sayad, A. (2006). *L'Immigration ou les paradoxes de l'altérité. 1. L'illusion du provisoire*. Paris: Raisons d'Agir.
- Silver, M. (1986). *Under construction: Work and alienation in the building trades*. Albany: State University of New York.

- Sousa, A. T. (1972). Os trabalhadores portugueses na Região de Paris: condições de habitação e de trabalho. *Análise Social*, 33, 11-78.
- Sousa, A. T. (1973). Trabalhadores portugueses e sindicatos franceses na região de Paris: contribuição para o estudo das suas relações. *Análise Social*, 39, 508-551.
- Steiger, T. L. (1993). Construction Skill and Skill Construction. *Work, Employment & Society*, 7(4), 535-560.
- Stinchcombe, A. L. (1959). Bureaucrats and Craft Administration of Production: A Comparative Study. *Administrative Science Quarterly*, 4(2): 168-187.
- Thiel, D. (2010). Contacts and Contracts: Economic Embeddedness and Ethnic Stratification in the London Building Market. *Ethnography*, 11(3): 443-71.
- Thiel, D. (2012). *Builders: Class, Gender and Ethnicity in the Construction Industry*. London: Routledge.
- Thiel, D. (2014). Ethnography and Flux: Identity and Epistemology in Construction Fieldwork. In S. Pink, A. Dainty & D. Tutt (Eds.), *Ethnographic Research in The Construction Industry* (pp. 73-90). London: Routledge.
- Vidal, D. (2019). Financiarisation du social et formes d'appartenance. Les émigrants portugais em France et la crise de 2008. *Revue Européenne des Migrations Internationales*, 35 (1&2), 171-190.
- Waldinger, R. (1995). The 'other side' of embeddedness: A case study of the interplay of economy and ethnicity. *Ethnic and Racial Studies*, 18(3), 555-580.